

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA CAMPUS JAGUARÃO/RS

STUDENT ASSISTANCE POLICY AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF PAMPA CAMPUS OF JAGUARÃO/RS

CRISTIANI GENTIL RICORDI

*Assistente em Administração da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Mestranda em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Licenciada em Matemática (UCPEL). E-mail: crisricordi@gmail.com.

Resumo: Este artigo visa discutir a Política de Assistência Estudantil (PAE) na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/Campus Jaguarão, e tem como objetivo identificar de que forma a instituição, através de seus programas de Assistência Estudantil, atende as áreas de atuação propostas pelo Art. 3º, § 1º, do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em tempos de desmonte da educação pública brasileira. Tendo em vista as mudanças ocorridas no ensino superior público brasileiro em decorrência dos processos de expansão e interiorização das universidades e institutos federais e a implementação de políticas públicas de ação afirmativa. Políticas estas que favoreceram a democratização do acesso ao ensino superior, e alteraram de forma significativa parte do perfil dos universitários com o ingresso de estudantes oriundos das camadas populares, advindos de escolas públicas e ingressantes por cotas sociais e raciais, que demandam por uma PAE efetiva.

Palavras-chave: Política de Assistência Estudantil. UNIPAMPA. Assistência Estudantil.

Abstract: This paper intends to discuss the policy of student assistance (PAE) at the Federal University of Pampa – UNIPAMPA/Jaguarão Campus, and it has the main purpose of identifying by which means the institution throughout its student assistance programs survey the areas of aiding established by article 3, paragraph 1, of the National Student Assistance Program (PNAES) in times of displacement of Brazilian public education. In accord with changes that occurred in Brazilian higher public education as a result of the expansion and interiorisation of universities and federal institutes and the establishment of affirmative action public policies. These policies permitted more democratic access to higher education and changed significantly part of the profile of humbler undergraduate students, which came from public schools and newcomers from racial and social cotes and demands effective student assistance policies.

Keywords: Student assistance policy. Federal University of Pampa. Student Assistance.

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é discutir a Política de Assistência Estudantil (PAE) na Universidade Federal do Pampa Campus Jaguarão. Nossa investigação teve como objetivo identificar de que forma a Universidade Federal do Pampa – UNI-PAMPA, através de seus programas de Assistência Estudantil (AE), atende as áreas de atuação propostas pelo Art. 3º, § 1º, do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em tempos de desmonte da educação pública brasileira. Conforme o decreto nº 7.234/2010 as ações de Assistência Estudantil do PNAES devem ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

De acordo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), a Política de Assistência Estudantil

[...] 'é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida', agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras (FONAPRACE, 2012, p. 63).

Segundo Assis *et al.* (2013), a assistência estudantil tem como proposta responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a partir da expansão e democratização do acesso ao ensino superior, com o intuito de promover a inclusão social, a produção de conhecimento e um melhor desem-

penho acadêmico, proporcionando também uma boa qualidade de vida aos estudantes durante a sua trajetória acadêmica.

Assim sendo, teceremos, inicialmente, algumas considerações sobre o processo de constituição da universidade pública brasileira e a redemocratização do acesso ao ensino superior público, tendo em vista que o Brasil foi um dos últimos países da América Latina a criar uma universidade e sua criação se dá em um contexto de grande disputa política, marcado pela novata República. "Na América Latina, até 1950, o acesso à universidade era fortemente elitizado. No conjunto do continente havia 266.000 estudantes, ou seja, em média 2% dos jovens de 18-24 anos. Em 13 dos 20 países, a taxa bruta de escolarização universitária não atinge a 2% [...]", entre eles estão o Brasil, a Colômbia, o Chile e o México (TRINDADE, 2003, p. 165).

Em seguida, traçaremos um breve histórico da Assistência Estudantil no Brasil, sinalizando avanços e retrocessos, passando pela implementação do PNAES até os tempos atuais, analisando seu reconhecimento enquanto direito social e política pública. Por fim, abordaremos o processo de constituição da Universidade Federal do Pampa, identificando as peculiaridades do Campus Jaguarão e a implementação da Política de Assistência Estudantil na instituição.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

A história de criação da universidade no Brasil revela, conforme Fávero (2006, p. 20), uma "[...] considerável resistência, seja de Portugal, como reflexo de sua política de colonização, seja da parte de brasileiros, que não viam justificativa para a criação de uma instituição desse gênero na Colônia [...], pois consideravam mais adequado que as elites estudassem na Europa. Muitas foram as tentativas de criação da universidade no Brasil,

que perduraram por mais de um século.

Após a proclamação da República, outras tentativas foram feitas e em 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto nº 14.343, o Presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), oficializando a criação da primeira universidade no Brasil (FÁVERO, 2006). A Universidade do Rio de Janeiro é formada a partir de escolas já existentes: a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito (VASCONCELOS, 2010). O principal objetivo da URJ, na época, era a “[...] formação de uma mão de obra qualificada para o cenário industrial capitalista que começava a se fazer sentir naquele momento” (ÉSTHER, 2015, p. 199).

Para Florestan Fernandes (2020, p. 83) fica “[...] evidente que o esforço educacional, ao nível do ensino superior, concentra-se fortemente em torno das três ‘escolas tradicionais’, que possuem maior importância para a formação de profissionais liberais”, a saber: Direito, Engenharia e Medicina. Com base na análise de Fernandes (2020), Scher e Oliveira (2020, p. 7), destacam que o ensino superior brasileiro “[...] nasceu com esse caráter colonialista, dependente e classista. Em face disso, a Educação Superior estabeleceu historicamente bases elitistas e se consolidou como um local privilegiado para a (re)produção das elites econômicas do país”.

Muitas universidades consolidaram-se após “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”¹. Publicado no ano de 1932, o manifesto denunciava o atraso do sistema educacional brasileiro e a exclusão da população do sistema de ensino escolarizado. Aproximadamente trinta anos após a sua publicação o Brasil vivenciou a ditadura militar, período compreendido entre 1964 e 1985. A ditadura militar atuou através de atos repressivos contra professores e alunos que se posicionaram política e ideologicamente de forma crítica e con-

trária ao regime.

Nesse momento a universidade brasileira como um todo, empenhou-se na tarefa da redemocratização. Uniram-se na luta pelo fim da ditadura militar estudantes, funcionários e professores de universidades públicas e privadas. A partir desta data se ampliaram as discussões sobre as propostas para o ensino como um todo no país e acabaram por culminar em avanços inscritos na Constituição Federal (CF) de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Apesar de o horizonte promissor, por muitos anos as universidades públicas foram esquecidas pelos governos brasileiros, contavam com reduzido investimento para ampliação e falta de recursos para manutenção. Enquanto isso, as universidades privadas eram privilegiadas, recebiam “[...] financiamentos vantajosos, isenções fiscais e previdenciárias além de outros benefícios, como dotação de recurso a fundo perdido, que propiciaram sua rápida expansão, inclusive com recursos do BNDES” (TRINDADE, 2003, p. 173).

Deste modo, a década de 1990 ficou marcada por transformações político-econômicas, que determinaram novos rumos para as políticas sociais, em especial para as políticas públicas de educação; intensificadas por ações de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e agências da Organização das Nações Unidas (ONU) (MOREIRA; MOREIRA; SOARES, 2018).

O governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello foi marcado por alterações na política nacional, privatização de empresas estatais, enxugamento do Estado, privatização e precarização da educação, um desmonte do Estado em apenas dois anos de mandato. Por sua vez, governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC),

¹ Datado de 1932, no Governo Getúlio Vargas, o texto foi assinado por 26 intelectuais, entre os quais Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles. O manifesto encontra-se disponível em: https://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf.

1995 – 2003, continuou a privatizar empresas estatais, precarizou os serviços públicos e reduziu drasticamente os gastos com políticas sociais; sua prioridade era “reformular o Estado”, equilibrar as contas públicas e melhorar a eficiência da máquina (DURAT, 2015). Em ambos os governos o interesse era atender a lógica neoliberal.

A educação passou por períodos difíceis no governo FHC as universidades públicas e os institutos federais receberam pouco investimento, prejudicando as atividades de pesquisa e extensão, oportunizando, dessa forma, a expansão das universidades privadas (GENTIL, 2017). O repasse de verbas públicas para as instituições privadas de ensino superior se deu, inicialmente, por meio do Programa Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). O programa foi criado em 1999 durante o governo FHC e ampliado no governo Lula, sendo sucessor do Crédito Educativo, criado em 1976 pelo regime militar.

Ainda assim, a universidade brasileira foi constituindo-se como uma instituição social, marcada por conflitos históricos decorrentes das demandas sociais e da pressão popular pela efetiva democratização do acesso ao ensino superior “[...] sob os efeitos desagregadores das políticas neoliberais [...]” e “[...] diante das ‘recomendações’ do Banco Mundial a serem embutidas nas políticas educacionais subordinadas ao ajuste econômico e de reforma do Estado” (TRINDADE, 2003, p. 162).

Em 2003, a oposição política chega à presidência da República. Vinculado ao Partido dos Trabalhadores, e não obstante eleito por grande parcela da classe trabalhadora com o intuito de reduzir as desigualdades sociais, o governo Luiz Inácio Lula da Silva, 2003 – 2011, “[...] não rompeu com os lastros do capital, menos ainda demonstrou um rompimento com a elite burguesa brasileira. Mesmo buscando estratégias para reduzir as desigualdades, a estrutura manteve-se intacta, sem de fato redistribuir a riqueza socialmente produzida” (DURAT, 2015, p. 52).

Entretanto, no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inicia-se um novo processo na educação superior pública, marcado por no-

vos projetos e programas, pensados na expansão e democratização do acesso ao ensino superior às camadas populares. Os programas e projetos apresentados pelo governo petista, tinham como proposta “[...] a expansão com interiorização [...]”, pois até aquele momento as universidades estavam concentradas em “[...] grandes centros e metrópoles [...]” (GENTIL, 2017, p. 29).

No que diz respeito a expansão das vagas nas universidades públicas, o governo petista teve como principal ação o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007 com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação superior, além de demarcar a posição do governo na defesa de políticas públicas inclusivas na área da educação. Entre as ações do REUNI, destacamos: “[...] o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país” (BRASIL, 2010).

A UNIPAMPA, desde sua criação até o ano de 2012, esteve inserida no Programa do Governo Federal de novas IFES e recebeu recursos financeiros por meio do REUNI (UNIPAMPA, PDI, 2013). Ainda a respeito do processo de expansão das universidades públicas brasileiras, observa-se que em “[...] 2002 existiam 45 universidades federais com 148 campi; em 2014 são 63 universidades federais com 321 campi [...]” (LEHER, 2018, p. 68). Dessa forma, a democratização do acesso ao ensino superior inseriu nos espaços universitários um novo perfil de estudante, principalmente com a aprovação da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como a Lei de Cotas.

Esta medida alterou radicalmente o status quo, pois até então a “[...] proporção de pessoas com formação superior, na população escolarizada e no conjunto da população, é quase ínfima [...]” (FERNANDES, 2020, p. 87). A universidade era um privilégio de e para poucos, “[...] um ensino de elite e para elite [...]” (FERNANDES, 2020, p. 79). Nesse sentido, surgiram desafios qualitativos e

de inserção aos profissionais das instituições de ensino superior, bem como “[...] pensar formas de inclusão que contemplem segmentos da sociedade historicamente excluídos do ensino universitário, como, por exemplo, as classes populares, os afro-descendentes e os indígenas” (PEREIRA; SILVA, 2010, p. 23).

Assim, o novo perfil de estudante passou a apresentar outras demandas para além do acesso como a permanência nas IFES e uma política de assistência estudantil efetiva. A partir deste breve contexto discorreremos a seguir sobre a trajetória da PAE no Brasil.

3 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

A luta pela Assistência Estudantil no Brasil, em alguns aspectos se assemelha a trajetória de lutas da Política de Assistência Social, pois ambas surgiram dos movimentos sociais organizados que lutaram pelo fim da ditadura militar e pela promulgação de uma nova Constituição Federal (VASCONCELOS, 2010). Mas, assim como o direito à educação, as ações em prol de políticas de assistência estudantil não são recentes, elas remetem ao final da década de 1920, aos programas de moradia e alimentação (IMPERATORI, 2017).

A primeira fase da PAE no Brasil conjuga um período em que o acesso à educação superior era um privilégio para poucos. A educação se concentrava nas mãos da elite do país, pessoas que tinham condição financeira de manter seus filhos no ensino superior, por isso, não raro, encaminhavam-nos para as IES consolidadas fora do país, as quais não mantinham apenas alto padrão de ensino-aprendizagem como também dispunham de qualidade de infraestrutura no atendimento ao aluno no aspecto da assistência estudantil (KOWALSKI, 2012, p. 84).

A partir de 1930 havia uma urgência de modernização do país, em especial para a escolarização e formação da classe trabalhadora. Nesse sentido, foram inseridas na agenda educacional brasileira ações de assistência aos estudantes nos diferentes níveis de ensino que “[...] constituíram-se, historicamente, em mecanismos emergenciais e focalizados, utilizados pelo Estado para responder às manifestações das diversas expressões da questão social no ambiente escolar” (NASCIMENTO, 2013, p. 96).

Em 1937, a União Nacional dos Estudantes (UNE) é criada. Para Nascimento (2013), a UNE realizou um importante papel na defesa do “Movimento de Reforma Universitária” (FERNANDES, 2020) dos anos de 1960, sendo a pauta da assistência estudantil uma das principais bandeiras de luta dos estudantes. Durante o período da ditadura militar muitas reuniões foram organizadas pelo movimento estudantil, sendo que o principal objetivo era discutir os direitos dos estudantes e a reforma universitária.

Nesse cenário foi aprovada a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que instituiu a “Reforma Universitária”. A Reforma Universitária de 1968 representou uma antirreforma da educação superior (ARAÚJO, 2018), pois foi contrária a tudo que estava sendo proposto pelo Movimento de Reforma Universitária. Para Kowalski (2012, p. 49), uma das ações que efetivaram a contrarreforma universitária foi a “[...] oferta maciça de vagas no ensino superior, com a intenção de reprimir a rebeldia dos jovens e expandir o ensino particular. Outro aspecto foi a introdução do ensino como uma mercadoria, com objetivo claro de deflagrar a educação pública, gratuita e favorecer o ensino privado”.

Em meio aos embates contra o regime opressor, dois grandes grupos se constituíram e surgiram como espaços de discussão sobre a educação, em especial sobre as políticas de assistência estudantil, o FONAPRACE (1987) e a ANDIFES (1989). Kowalski (2012) considera esse

movimento o início de uma segunda fase para a PAE. O debate repercutiu com a promulgação da CF/88. No entanto, vale ressaltar, dialogando com Araújo (2018), que apesar dos avanços inscritos no texto constitucional, estes ainda se mesclam com práticas conservadoras. Outro aspecto a destacar é o fato de muitos pontos da CF/88 exigirem legislação posterior para a execução da política, o que, de certa forma, impactou na materialização de determinadas políticas públicas, entre elas a de assistência estudantil.

Com a ascensão de governos conservadores, comprometidos com uma agenda econômica neoliberal, nos anos 1990, questões referentes a permanência e assistência aos estudantes foram deixadas de lado, tanto que a legislação específica sobre a demanda foi promulgada apenas no ano de 2007, 19 anos após a previsão na carta magna (ARAÚJO, 2018). Nesse sentido, a denominada "segunda fase" (KOWALSKI, 2012) da PAE foi marcada por processos de "[...] ruptura e continuidade, pois o tratamento da permanência estudantil na educação superior pública ainda era caracterizado pela ausência de normativa legal específica, ausência de dotação orçamentária, além do desenvolvimento focalizado e desarticulado das ações" (ARAÚJO, 2018, p. 84).

O período de expansão e reestruturação das IFES representou o início da "terceira fase" da PAE, conforme Kowalski (2012). Para a autora, esse período começou com a aprovação do REUNI, compreendendo o PNAES e o lançamento do Projeto Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020. O PNE dispõe sobre a política de diversificação das fontes de financiamento e gestão das Instituições de Ensino Superior (IES) e foi aprovado apenas em 2014, na sua meta 12 previa o desenvolvimento de programas de assistência estudantil e ampliação das taxas de acesso nas IFES.

O PNAES, lançado com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal, foi instituído, inicialmente, em 12 de dezembro de 2007, pela

Portaria nº 39 do MEC. O documento foi elaborado pelo FONAPRACE, que contou com o auxílio das pesquisas realizadas sobre o perfil socioeconômico dos estudantes universitários, no período de 1997 a 2004, e também das longas discussões que se deram sobre a temática da AE desde a constituição do grupo, em 1987. Em 2008, foram destinados os primeiros recursos para AE por meio do programa. No ano de 2010 o presidente Lula transformou o PNAES em Decreto representando um marco histórico para a permanência dos estudantes nas IFES, bem como para as políticas sociais.

No entanto, observa-se dialogando com Moceлин (2019, p. 251) que a assistência estudantil "[...] já nasce focalizada e residual [...]", com um viés assistencialista, de combate a pobreza, descharacterizando a assistência estudantil como um direito social. Podemos observar na definição do seu público-alvo, art. 5º, "serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior" (BRASIL, 2010).

Destacamos ainda, que conforme o decreto as IFES têm autonomia para "[...] instituírem outros critérios de elegibilidade além do recorte de renda per capita já definido, o que na prática se traduz como mais impeditivos de acesso por parte dos/as estudantes e uma maior focalização" (MOCELIN, 2019, p. 251). Para Santiago (2014, p. 171) a assistência estudantil apresentada e implementada no Governo Lula segue "[...] uma lógica fragmentada, pontual e focalizada que retira e desloca o direito a assistência ao estudante para a dimensão da concessão ao sabor do Estado mínimo que privilegia o econômico, o mercado".

Por fim, conforme Braga e Dal Prá (2021), poderíamos propor o esboço de uma quarta fase da assistência estudantil, a partir de meados da década de 2016 até os tempos atuais. A "quar-

ta fase" inaugura-se durante o governo Michel Temer, com cortes orçamentários na educação pública, as contrarreformas administrativas do Estado e a limitação de gastos públicos com a EC/95, sendo intensificados no governo Jair Bolsonaro, em que destacamos o "Programa Institutos e Universidades Empreendedoras" denominado, "Future-se".

As IFES, por sua vez, respondem internamente com enxugamento de contratos licitatórios, restrição na oferta de serviços de AE, entre outras medidas que afetam diretamente o acesso e a permanência dos estudantes das camadas populares. Para Braga (2019, p. 99), considerando o atual panorama que demarca o início de um novo cenário da AE no Brasil, por meio da situação societária e contextual do país, evidencia-se o movimento de formalizar uma "assistência estudantil limitada". "Retoma-se, assim, sutilmente a elitização da universidade pública, pela disposição de limitados recursos para a permanência e a abertura gradativa para privatização" (BRAGA; PRÁ, 2021, 14).

4 CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA E SUA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A UNIPAMPA ergue-se a partir de reivindicações e de um movimento político da comunidade da região de campanha e da zona fronteira do estado do Rio Grande do Sul (RS) que encontrou respaldo na política de expansão e renovação das

IFES, promovida pelo governo federal na época. O Programa Expandir², deu início à instituição no ano de 2005, por meio da tutela da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que aderiram ao acordo de cooperação técnica com o Ministério da Educação (MEC) (GENTIL, 2017). Assim, a UNIPAMPA despontou suas atividades no ano de 2006, com prazo previsto para a sua implantação em 2008, por meio do Projeto de Lei nº 7.204/2006.

No ano de 2008, através da Lei nº 11.640 de 11 de janeiro de 2008, é criada a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, de natureza pública, vinculada ao MEC, com sede e foro na cidade de Bagé/RS. Composta por uma estrutura multicampi, dividida em 10 campi localizados na Região do Pampa Gaúcho: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Gabriel, São Borja e Uruguaiana.

Estas cidades integram a mesorregião³ Metade Sul do Rio Grande do Sul. Conforme dados disponibilizados pelo Ministério da Integração Nacional a Mesorregião Metade Sul "[...] se constituía, até o começo da década de 40 do século XX, na região mais rica do Estado do Rio Grande do Sul, com destaque para Pelotas, que era tão ou mais florescente que a capital do Estado, Porto Alegre" (ETGES, 2005, p. 4642). No entanto, a partir da década de 1980 a região passa por um forte movimento de perda econômica, ocasionando um desenvolvimento injusto e desigual.

Ainda, segundo Etges (2005, p. 4643), com a "[...] desindustrialização e a concorrência promovida pelo Mercosul na agricultura e na pecuária,

2 O Programa Expandir surgiu com a meta de ampliar e interiorizar o ensino superior público e gratuito no estado brasileiro. De acordo com Melo, Melo e Nunes (2009) o Programa Expandir compõe o primeiro ciclo de expansão das universidades federais, sendo o segundo e o terceiro ciclo composto pelo REUNI.

3 "Mesorregiões, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, são áreas individuais que apresentam forma de organização do espaço geográfico definidos por dimensões sociais, naturais e de comunicação própria, que constituem as marcas da sua identidade, resultantes da forma como a sociedade se relacionou com aquele meio ambiente, ao longo do tempo" (ETGES, 2005, p. 4642).

a região foi perdendo competitividade e dinamismo, chegando a níveis surpreendentes de estagnação, contando com índices de pobreza em diversos de seus municípios [...]". Além disso, outros fatores tornaram-se impeditivos para a superação das dificuldades, entre eles: "[...] o baixo investimento público per capita; a reduzida capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades; e, a distância geográfica dos polos desenvolvidos do Estado" (UNIPAMPA, PDI, 2013, p. 18).

Neste sentido, a UNIPAMPA Campus Jaguarão chegou ao município não somente com o intuito de ofertar um ensino público, gratuito e de qualidade, mas também de proporcionar desenvolvimento econômico, cultural e social para a cidade e região. Atualmente, o Campus Jaguarão abarca cursos de três áreas do conhecimento: ciências humanas; ciências sociais e aplicadas; e, linguística, letras e artes. Áreas que vem sofrendo constantes ataques por parte do governo federal, desde corte de investimentos a perseguição de professores, pois o foco do atual governo é o "retorno imediato", ou seja, cursos que no entendimento da atual gestão, geram retorno financeiro imediato aos contribuintes, como: veterinária, engenharia e medicina.

De acordo com Nathalia Passarinho, em reportagem publicada na BBC News Brasil, em 09 de maio de 2019, os cursos de ciências sociais e humanas, alvos de cortes orçamentários pelo governo federal,

[...] são os que mais concentram diversidade racial tanto em universidades públicas quanto privadas, segundo dados do Censo Nacional do Ensino Superior de 2017 [...] Citados especificamente pelo presidente Jair Bolsonaro como áreas que devem perder investimentos, os cursos de sociologia e filosofia têm 1 negro para cada 3 e 4 brancos respectivamente. Já cursos de medicina e veterinária, mencionados pelo presidente como áreas que devem receber recursos por trazerem 'retornos imediatos à sociedade', têm uma proporção de um negro para cada 16 brancos. Essa diferença é quatro vezes maior do

que nos cursos de história e de letras, que têm um aluno negro para cada quatro brancos (PASSARINHO, 2019).

Para a professora e diretora do Programa de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, Andreza de Souza Santos, em entrevista para a BBC News Brasil, uma "[...] redução de recursos na área de humanas, sem levar em conta o processo educativo desde a base, nas escolas públicas, terá como efeito elitizar o conhecimento a curto prazo, reduzindo negros e pobres nas universidades" (SANTOS, 2019). É notável que esses ataques refletem diretamente na vida acadêmica dos estudantes, principalmente dos estudantes oriundos das camadas populares, ingressantes por cotas sociais e/ou raciais, que necessitam da Assistência Estudantil para garantir a sua permanência e obter êxito acadêmico.

Vale destacar que a UNIPAMPA antes de aderir ao SiSU, no ano de 2010, já adotava a política de cotas, priorizando 50% do total de vagas de cada curso para as políticas de ação afirmativa, distribuídas da seguinte maneira: 6% para candidatos com deficiência; 30% para candidatos que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escolas públicas; 10% para candidatos autodeclarados negros que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escolas públicas; e 4% para candidatos indígenas que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas.

Diante desse contexto, em relação ao acesso, é notório que a instituição vem cumprindo um importante papel na garantia de democratização do acesso ao ensino superior às camadas populares antes excluídas da educação de nível superior. Porém, compreendemos que apenas o acesso não é suficiente para reduzir as desigualdades, tendo em vista que o Brasil é um dos países que possui índices desproporcionais no que se refere à distribuição de riqueza e dos bens socialmente produzidos. Assim, faz-se necessária uma Política de Assistência Estudantil efetiva que permita a permanência e a conclusão do curso para este novo perfil de ingressante.

Em face desta demanda, as primeiras ações

voltadas para a Assistência Estudantil na UNIPAMPA ocorreram no ano de 2008, por meio da “Pró-Reitoria Adjunta de Assistência Estudantil”. Na oportunidade foi realizado um estudo sobre o perfil dos estudantes da instituição e foi implementado o “Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico” (PBDA). Foram oferecidas bolsas de estudos em quatro modalidades, a saber: Bolsas de Iniciação à Pesquisa, Bolsas de Iniciação ao Ensino, Bolsas de Iniciação à Extensão, e Bolsas de Iniciação ao Trabalho Técnico Profissional e de Gestão Acadêmica.

No ano de 2009, os recursos possibilitaram a implementação do Programa Bolsas de Permanência (PBP), para atender estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a concessão de auxílios-alimentação, moradia e transporte. Já em 2011, as ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) ocorreram de forma descentralizada, com base em cinco grandes áreas: alimentação, moradia estudantil, transporte, inclusão e acessibilidade, e apoio pedagógico. Em setembro de 2013 foi inaugurada a primeira casa do “Programa de Moradia Estudantil João-de-barro”, no campi Santana do Livramento, única moradia estudantil em funcionamento até o presente momento.

Ademais, em 2013, foi inaugurada a política de esporte e em agosto ocorreu no Campus Uruguiana a primeira edição dos Jogos Universitários da UNIPAMPA. Estudantes de todos os campi da Universidade participaram nas modalidades de vôlei, futsal e xadrez, com categorias masculinas e femininas (UNIPAMPA, Relatório de Gestão, 2014). No entanto, a atividade contou com quatro edições apenas, a primeira em 2013, a segunda e a terceira na cidade de São Borja, nos anos de 2014 e 2015, respectivamente, e a última edição dos jogos ocorreu no ano de 2018, em Alegrete. Caracterizando-se, infelizmente, como uma política de gestão e não como uma prática institucional.

No ano de 2014 foi regulamentada a PAE na

instituição, através da Resolução nº 84, de 30 de outubro, sendo de responsabilidade do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) de cada unidade a execução direta das atividades de AE, realizando o acolhimento e atendendo as demandas socioeconômicas e psicopedagógicas dos estudantes. Ainda em 2014 foram inaugurados quatro Restaurantes Universitários “Talhares do Pampa”, nos campi Alegrete, Jaguarão, São Borja e São Gabriel. Através do Programa de Alimentação Subsidiada Talhares do Pampa, os discentes dos cursos de graduação recebem refeições de forma subsidiada, integral ou parcialmente, de acordo com o perfil socioeconômico.

No ano seguinte, 2015, mais três Restaurantes Universitários foram inaugurados nos campi Bagé, Dom Pedrito e Uruguiana. Ano em que ocorreu o primeiro grande contingenciamento na educação, R\$ 9,5 bilhões. O que significou um corte de 30% no orçamento das IFES, precarizando o seu funcionamento e as ações que envolvem a PAE. Os servidores, docentes e técnicos administrativos em educação iniciaram um movimento nacional contra os cortes e por melhores condições de trabalho para os trabalhadores e trabalhadoras da Educação.

O ano de 2016 foi marcado pelo golpe contra a presidenta eleita, Dilma Rousseff, e por novos cortes no orçamento das IFES, gerando manifestações, greves e ocupações por todo o país. Na Unipampa, as mobilizações começaram com o movimento estudantil que posicionou-se contra o corte de 44% no orçamento da instituição e contra as demissões dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas. Ainda assim, em meio aos ataques do governo federal a instituição inaugurou, no ano de 2017, mais dois restaurantes universitários nos campi de Caçapava do Sul e de Itaqui. Outro programa fundamental, implementado no corrente ano foi o Auxílio Emergencial, concedido aos estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, com o intuito de suprir as necessidades básicas, no período entre o ingresso na Universidade e a realização do processo seletivo do Plano de Permanência.

Em 2017, ocorreu a primeira Chamada Interna PRAEC, com a proposta de contemplar ações, atividades e projetos nas áreas de Cultura, Esporte, Saúde, Inclusão Digital e Acessibilidade. A ação beneficiou 13 projetos, em oito unidades universitárias. Seguindo a mesma perspectiva, outras ações foram incentivadas pela PRAEC, como "Dia de Saúde no Campus", "Campanhas de Saúde Preventiva", "Ações em Saúde Mental" e Atividades Esportivas.

Diante do cenário de cortes nos orçamentos das universidades federais, a Unipampa, em seu Relatório de Gestão do Exercício de 2018, aponta para a necessidade de "[...] reavaliar os programas de assistência estudantil, pois as limitações orçamentárias vivenciadas apontam para um estrangulamento no financiamento e manutenção da política [...]" (UNIPAMPA, Relatório Integrado de Gestão, 2019, p. 34-35). Relata o aumento significativo de estudantes ingressantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que acaba por impactar nas ações de AE. Nesse sentido, a instituição constata "[...]" que são necessárias ações de rearranjo na política de assistência estudantil, uma vez que os valores destinados pelo MEC para a manutenção da Política não comportam o contínuo crescimento da demanda" (UNIPAMPA, Relatório Integrado de Gestão, 2019, p. 80).

A segunda edição da Chamada Interna PRAEC foi realizada em 2018, sendo os dez campi contemplados, totalizando 18 projetos. No ano de 2019, as ações selecionadas por meio desta Chamada Interna foram vinculadas ao edital do Programa de Desenvolvimento Acadêmico – PDA, nas modalidades de ações sociais, culturais e de atenção à diversidade no âmbito da comunidade acadêmica. O número de projetos contemplados foi inferior às edições anteriores, apenas 3 *campi* foram contemplados.

Neste breve panorama da PAE na UNIPAMPA, de sua implementação até o ano de 2019, observamos que as ações da universidade, em sua grande maioria, estão voltadas para o "au-

xílio financeiro". O próprio PDI da instituição (2019-2023) aponta para isto quando apresenta os "Programas da Política de Assistência Estudantil": "Os programas procuram atender o maior número possível de discentes, levando em consideração a preocupação em propiciar auxílio financeiro, de alimentação, de moradia, transporte e creche" (UNIPAMPA, PDI, 2019, p. 68). Para Paula (2017, p. 312),

A política assistencialista que tem sido implementada pelas universidades federais brasileiras baseia-se sobretudo no suporte financeiro aos estudantes carentes, ainda muito aquém da demanda, deixando em plano secundário as suas necessidades de ordem acadêmica, simbólica e existencial, relacionadas a sentimentos de não pertencimento a um ambiente ainda elitista e pouco propício à inclusão.

Assim, as ações pensadas para a saúde física e mental dos estudantes, bem como atividades de esporte, lazer e cultura, propostas como áreas de atuação do PNAES e elencadas na resolução nº 84 da instituição ficaram em segundo plano, dependentes das iniciativas individuais dos servidores mediante a proposição de projetos vinculados ao tripé ensino, pesquisa e extensão. Estas iniciativas longe de serem ações permanentes, caracterizam-se por sua intermitência e eventual concessão de bolsas de desenvolvimento acadêmico. Caracteriza-se mais como políticas e práticas de gestão, profundamente pautadas pela meritocracia e respaldadas na produtividade acadêmica – sobretudo docente – do que como políticas institucionais autônomas e desvinculadas de concessões de fomento interno e externo, tais como FAPERGS, CAPES e CNPq.

Nesse sentido, defendemos a extensão da PAE da instituição para além de questões economicistas que priorizam apenas o suporte financeiro para o desenvolvimento das atividades da vida acadêmica. Questionamo-nos: não estaria na hora de a instituição investir e buscar ações que contemplem todos os discentes em suas mais

variadas necessidades, considerando-se que a permanência e a qualidade de vida do estudante universitário não estão limitadas apenas ao auxílio financeiro? Outros aspectos como política, cultura, saúde, pertencimento, entre outros não fazem parte do universo dos estudantes brasileiros? Nos parece que as políticas públicas de expansão, interiorização e democratização do acesso ao ensino superior, conquanto importantes especialmente por avanços percebidos na primeira década do século XXI, ainda não superaram o abismo existente entre uma universidade de classes e um ensino de e para a elite e outra universidade, esta sim de e para todos e todas (FERNANDES, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Assistência Estudantil brasileira faz parte de um processo histórico de reivindicações, pautado sempre por muita luta de movimentos sociais, que buscam através do ensino superior a ascensão social. Observamos que, apesar das diversas reformas, a educação superior brasileira sempre manteve seu caráter elitizado, atendendo aos interesses da classe dominante e, por sua vez, a política neoliberal tem influenciado na criação e implementação das políticas sociais vigentes, bem como nas concepções de Estado.

Deste modo, podemos verificar que no Brasil a Política de Assistência Estudantil tem se consolidado sem deixar de atender aos interesses do capital e de suas elites econômicas, na medida em que não busca transformar a contradição originária de sua contingência. A partir do ano de 2008 as IFES receberam um aumento considerável na verba destinada à Assistência Estudantil com a chegada do PNAES. Entretanto, foi mantida uma política focalizada, destinada aos que comprovassem serem merecedores da PAE, exigindo condicionalidades e contrapartidas.

É inquestionável que o PNAES representou um

marco histórico para a Política de Assistência Estudantil. No entanto, percebe-se, dialogando com Duarte, Moreno e Bleicher (2019) que o governo brasileiro não avançou no aperfeiçoamento desta política pública e as IFES não avançaram normativamente na construção dos requisitos e mecanismos propostos pelo PNAES. Analisando a trajetória da PAE na UNIPAMPA, constata-se que mesmo a instituição possuindo autonomia para utilizar os recursos do PNAES conforme suas demandas e especificidades regionais, organizando programas e ações de AE particularizados (BRAGA; PRÁ, 2021), esta manteve sua AE voltada para a concessão de auxílios e bolsas.

Nesse sentido, percebe-se que esse formato de bolsa/auxílio, pautado na concessão de recursos financeiros, tem um prisma material. Não tem como foco ações que considerem as condições sociais, culturais, emocionais, pedagógicas e psicológicas que influenciam diretamente na permanência dos estudantes. Compreendemos a importância do PNAES e que sua materialização favorece muitos estudantes que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas, ainda assim, é necessário que os gestores do Programa Nacional de Assistência Estudantil pensem e efetivem ações que primem de fato pela permanência de grupos historicamente excluídos do ensino superior, para além da concessão de recursos financeiros.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Lucas Pinheiro. **Assistência estudantil na universidade pública: de qual permanência falamos?**. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado) – Programa De Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

ASSIS, Anna Carolina Lili de *et al.* As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina**

– **GUAL**, Florianópolis, p. 125-146, dez. 2013.

BRAGA, Glauco Pereira de Oliveira e. **Política social e família**: uma análise a partir das universidades federais do sul do Brasil no contexto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). 2019, 180f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214830>. Acesso em: 13 mar. 2022.

BRAGA, Glauco Pereira de Oliveira e; DAL PRÁ, Keli Regina. Assistência Estudantil: delimitações históricas e o novo quadro na conjuntura brasileira. **Cadernos Cajuína**: Revista Interdisciplinar, Teresina, v. 6, n. 3, p. 5-20, mar. 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/489>. Acesso em: 31 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **O que é o REUNI**. 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 12 set. 2020.

DUARTE, Giovanna Maria; MORENO, Carolina Serrati; BLEICHER, Taís. Assistência Estudantil e Saúde Mental: uma revisão bibliográfica focada na realidade de universidades brasileiras.

In: III CONGRESSO DE SAÚDE MENTAL DA UFSCAR, 3., 2019, São Carlos, SP. **Anais do III Congresso de Saúde Mental da UFSCar: artigos completos**. [Documento Eletrônico]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2021. p. 158-168. Disponível em: <https://congressosm3.faiufscar.com/anais#/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

DURAT, Kleber Rodrigo. **A contradição das classes sociais presente no ensino superior**: considerações sobre a assistência estudantil. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Toledo. Toledo, 2015.

ÉSTHER, Angelo Brigato. Que universidade? Reflexões sobre a trajetória, identidade e perspectivas da universidade pública brasileira. **Espacio, Tiempo y Educación [on line]**, Salamanca, Espanha, v. 2, nº. 2, p. 197-221, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.espaciotiempoyeducacion.com/ojs/index.php/ete/article/view/57/53>. Acesso em: 10 out. 2020.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Mesorregiões Brasileiras: o portal da Metade Sul/RS – MESOSUL. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo, SP. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/09.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2022.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, jul./dez. 2006. FapUNI-FESP (SciELO).

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução?. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 389 p.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-reitores

de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE (org.). Coordenação, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. – UFU, PROEX, 2012. 212 p.

GENTIL, Viviane Kanitz. **Expansão, interiorização e democratização de acesso a educação superior pública**: o caso da Unipampa. 2017. 287 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2017.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2012.

LEHER, Roberto. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente**: um estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. 216 p.

MOCELIN, Cassia Engres. Assistência estudantil como política de proteção social: uma possibilidade de seguridade social ampliada e inter-setorial. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 22, n. 45, p. 239-260, set./dez. 2019. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_45_art_11.pdf. Acesso em: 17 dez 2020.

MOREIRA, Larici Keli Rocha; MOREIRA, Laine Rocha; SOARES, Marta Genú. Educação Superior no Brasil: discussões e reflexões. **Educação Por Escrito**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 134-150, jan./

jun. 2018. EDIPUCRS.

NASCIMENTO, Clara Martins do. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000**. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro De Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PASSARINHO, Nathalia. (Londres). Bbc News Brasil em Londres. **Sob ameaça de cortes no governo Bolsonaro, cursos de ciências sociais e humanas concentram diversidade racial**. 09 maio 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48201426>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 301-315, jul./ago. 2017.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luís Fernando Santos Correa da. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA: expansão ou democratização?. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 10-31, jul./dez. 2010.

SANTIAGO, Salomão Nunes. **A Política de assistência estudantil no governo Lula: 2003 a 2010**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

SANTOS, Andreza de Souza. Sob ameaça de cortes no governo Bolsonaro, cursos de ciências sociais e humanas concentram diversidade racial. [BBC News Brasil em Londres] Nathalia Passarinho. **BBC NEWS**, Brasil, online, 09 maio 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48201426>. Acesso em: 13 de fev. 2021.

SCHER, Aline Juliana; OLIVEIRA, Edson Marques. Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul: Campus

Realeza/PR. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S. l.], v. 25, n. 1, 2020. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/3915>. Acesso em: 16 fev. 2022.

TRINDADE, Hélgio. O discurso da crise e a reforma universitária necessária da universidade brasileira. *In.*: **Las universidades en América Latina: ¿reformadas o alteradas?**. La cosmética del poder financiero. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2003. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101109021739/9trinda-de.pdf>. Acesso em: 07 out. 2020.

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2014-2018**. Bagé: UNIPAMPA, 2013. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/pdi/files/2015/08/PDI_Unipampa_v19_compressed.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2019-2023**. Bagé: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2019/09/pdi-2019-2023-publicacao.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2013**. Bagé/RS, 2014. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2011/04/relatorio-de-gestao-2013_unipampa_versao-1.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório Integrado de Gestão – Exercício 2018**. Bagé/RS, 2019. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2019/07/relatorio-de-gestao-unipampa-2018.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. CONSUNI. **Resolução nº 84**, de 30 de outubro de 2014. Bagé: UNIPAMPA/CONSUNI,

2014. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/paec/files/2016/01/res-_84_2014-politica-de-assistencia-estudantilb.pdf. Acesso em: 27 fev. 2021.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598>. Acesso em: 14 fev. 2021.